

CONFLITOS TERRITORIAIS: o desafio da produção dos assentamentos frente ao agronegócio.

Marluse Castro Maciel¹

Um problema tem preocupado pesquisadores e agricultores: os impactos do agronegócio na produção dos assentamentos rurais. A metodologia utilizada foi análise comparativa de algumas realidades dos assentamentos de reforma agrária, que geralmente estão localizados em regiões altamente capitalizadas pelo agronegócio, como é o caso de Fraiburgo/SC, local onde se concentra esta pesquisa, com forte influência da produção de madeira para fabricação de papel e a maçã, o assentamento Bela Vista Araraquara/SP em meio a produção de cana (pesquisado durante o mestrado), os assentamentos de Primavera e Tupanciretã em Presidente Venceslau/SP com interferência da pecuária (pesquisado no doutorado). A produção de alimentos dos agricultores familiares passa por dificuldades o que leva alguns deles arrendarem parte do lote do assentamento para produção destinada agronegócio. A realidade demonstra que a produção de alimento é importante no confronto ao desenvolvimento do agronegócio, porém, em situações reais os programas de crédito rural financiam implementos para as pequenas propriedades agrícola, por vezes, passam a ser destinados indiretamente aos que produzem para o agronegócio monocultor, que aos poucos ocupam os lotes dos assentados. Neste sentido, a perspectiva teórica desta pesquisa perpassa pela análise das tramas e tensões vivenciadas nos assentamentos, pensada por FERRANTE e BARONE (2005) acerca das relações ora conflituosas, ora subservientes ao agronegócios. Por fim, este trabalho visa discutir o papel da agricultura familiar como forma de diversificação rural para barrar a tomada de seus territórios e estratégia de permanência na terra.

Palavras-chaves: território, assentamento, agronegócio, agricultura familiar

1. INTRODUÇÃO

Estabelecer comparações entre sistemas produtivos em diferentes regiões do país não é tarefa fácil, pois os arranjos locais, a cultura, os modos de vida são diferentes. No entanto, o sistema capitalista impera no que diz respeito à exploração da produção rural, havendo maior investimento no agronegócio do que na agricultura familiar, pois o primeiro é considerado o motor da economia brasileira.

Hoje, grande parte dos agricultores familiares são assentados. No caso brasileiro, o acesso aos lotes de reforma agrária são em sua maioria concedidos por meio de ocupações, os chamados acampamentos, porém a luta pela terra não cessa com a concessão de terras. Sendo assim a permanência nela é um grande desafio que implica no desenvolvimento de estratégias de produção e comercialização para que eles consigam se manter.

A realidade mostra que muitas famílias se integram ao movimento social para conseguirem a terra e depois de organizado o projeto de assentamento abandonam o movimento e passam a produzir individualmente. Neste artigo, será abordado que o fato de produzirem individualmente não significa que são *individualistas* ou *anti-cooperatismo*, e que as dificuldades os levam a produzir da melhor forma que lhes convém.

Tem sido cada vez mais frequente o arrendamento de lotes dos assentados para o agronegócio, ora pra plantar cana ou eucalipto, ora para produção de animais. Muitas vezes endividados por obterem financiamentos para produção que não obteve sucesso, ou por

¹ Doutora em Sociologia pela USP, pós-doutora em desenvolvimento regional pela FURB - Blumenau - SC. Atualmente docente do Instituto Federal Catarinense (IFC) e Coordenadora do Grupo Interdisciplinar Pomares do Saber (GIPS).

dificuldades com empresas que não pagavam o valor devido, muitos optam por este tipo de trabalho.

O objetivo deste artigo é realizar uma reflexão sobre a "invasão territorial" do agronegócio nas terras dos assentamentos. O recorte desta análise abrangerá o fato de os assentados produzirem em seus lotes matéria prima para o agronegócio como: a cana, eucalipto, ou até mesmo a pecuária e suinocultura. Com isso, os assentamentos tendem a se organizar em torno da produção familiar cujo foco não está na produção variável de alimentos importantes para a segurança alimentar.

A metodologia utilizada foi a comparação entre assentamentos do Estado de São Paulo estudados durante o mestrado e o doutorado e de Santa Catarina na chamada região do Contestado, especificamente do município de Fraiburgo, que é considerada um dos berços dos movimentos sociais de luta pela terra, onde desenvolve-se pesquisa atual. Serão apontadas as semelhanças encontradas entre esta temática do arrendamento de terras dos assentamentos para o agronegócio para categorizar as dificuldades em produzir alimentos nestes espaços.

Identificou-se durante as pesquisas este tipo de produção. Vale lembrar que os órgãos governamentais de assistência técnica não aceitam estes tipos de produção.

Diante do exposto, este artigo abordará a problemática envolvendo as relações de arrendamento de parte dos lotes dos assentamentos para a produção de cana, gado, madeira, etc., como estratégia de saírem de endividamentos e materem-se na terra, explicitando um conflito territorial velado.

2. AS DIFERENTES REALIDADES

2.1. Os assentamentos

Tendo em vista a análise comparativa de algumas realidades de assentamentos de reforma agrária, verificou-se que estes estão localizados em regiões capitalizadas pelo agronegócio, que aos poucos usufruem de seus espaços, de suas terras. Abaixo estão algumas características dos assentamentos estudados em São Paulo:

a) A primeira constatação da invasão do agronegócio foi percebida pela pesquisa no início dos anos 2000, cuja então fazenda Bela Vista do Chibarro ocupada na década de 1980 por trabalhadores rurais com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara, reivindicavam a terra em troca do valor dos direitos trabalhistas, não pagos pela Usina Tamoio, que faliu. O assentamento Bela Vista Araraquara/SP (pesquisado no mestrado), localizado na região central do estado de São Paulo, cujo território fica no meio das terras da que produzem cana para a usina, que foi reativada por outro grupo empresarial. Esta proximidade contribuiu para os assentados produziam cana em regime de arrendamento para a usina, uma forma de obterem rendimento fixo mensal que contribuía garantir a sua permanência na terra. Mesmo informados de que há uma lei que não permite a produção da cana, ou outras monoculturas, em regime de arrendamento com o agronegócio, acabam realizando a parceria. Neste estudo de caso, havia uma "acusação" por parte do grupo que defendia a organização coletiva, de que havia um grupo religioso chamados de "crentes" plantavam cana para usina.

b) Outro caso percebido foi por volta de 2008 nos assentamentos de Primavera e Tupanciretã no município de Presidente Venceslau/SP (pesquisado no doutorado) localizados na região oeste de São Paulo, divisa com Mato Grosso do Sul, região com incidência da pecuária de corte. Os agricultores familiares da região tendem a investir na pecuária leiteira, porém muitos sucumbiram ao arrendamento para cuidados com o gado de corte para a indústria frigorífica. Na pesquisa de doutorado constatou-se que na herança dos assentados

apresenta-se de forma marcante a presença de um grupo de arrendatários da cidade de Presidente Venceslau — que tinha no trabalho das grandes fazendas sua fonte de renda —, que na década de 90, se sentiu prejudicado pelas ações do MST que geraram várias desapropriações dos latifúndios, que anteriormente eram arrendados por eles. Este grupo fundou um novo movimento social local de luta pela terra chamado de Brasileiros Unidos Querendo Terras. Este fato reforça o caráter rentista (que eles chamam de arrendatários) daqueles assentados que acabam produzindo gado de corte para grandes empresas da região

Outros casos são de Santa Catarina:

c) Atualmente a pesquisa se concentra no município de Fraiburgo - SC onde há vários assentamentos concentrados em um mesmo local: Assentamento Argemiro de Oliveira com três famílias, Contestado, 22 famílias, Faxinal dos Domingues I, 34 famílias, Faxinal dos Domingues II, 43 famílias, Rio Mansinho, 12 famílias, Chico Mendes com 39 famílias. No município que está na divisa de Fraiburgo em Lebon há os assentamentos: Régis Corrêgo Segredo I, com 12 famílias, Código Segredo II, com 26 famílias, Rio dos Patos 53 famílias, Rio Água Azul, 26 famílias Eldorado dos Carajás com 13 famílias, e por fim o assentamento Índio Galdino, que possui 58 famílias, sendo que parte do território deste assentamento pertence ao município de Frei Rogério.

A região de Fraiburgo, onde possui o que podemos chamar de vocação rural, pois além dos povos chamados caboclos que ainda residem na região do contestado, vários descendentes de colonos alemães possuem terras na região. Uma importante indústria de papel do município, considerado também um grande produtor de madeira também, arrenda terras de assentamentos para a produção de pinus e eucalipto para fabricação de papel, e a maçã produzida por três grandes empresas em sistema de monocultura com a utilização da mão de obra de trabalhadores rurais migrantes durante a colheita. Curiosamente não foi detectado que assentados produzem maçã, que se adequaria a produção familiar como a experiência de São Joaquim no Rio Grande do Sul.

Alguns agricultores destes assentamentos são associados da Coopercontestado, cuja sede fica no município de Fraiburgo. Essa cooperativa, que por sua vez é associada à Cooperativa Central dos Assentados (CCA). O fato de pertencerem a uma cooperativa não significa que todos os assentados são cooperados ou desenvolvem atividades coletivas de produção.

No local, o MST vislumbra a Guerra do Contestado, um dos principais conflitos de terra do Brasil, como um dos primeiros movimentos de luta, história que é utilizada para a motivação para as pessoas entrarem no movimento. A construção da estrada de ferro *Brazil Railway*, deu início a retirada forçada da população cabocla que ali vivia e se revoltou: as terras da região “eram habitadas havia décadas por comunidades de posseiros e sitiantes independentes, que viviam de uma agricultura de subsistência e da coleta da erva-mate, mas que não possuíam títulos de propriedade” (MACHADO, 2001, p. 19).

Além desses nativos expulsos de suas terras, diferentes segmentos sociais vieram a se reunir contra as tropas do governo, como os próprios trabalhadores que atuaram na construção da ferrovia e ficaram desempregados, cerca de 8.000 pessoas, segundo Thomé (1987), comunidades negras, índias e caboclas do planalto, ervateiros, médios fazendeiros, antigas lideranças federalistas e opositores políticos dos coronéis de Curitiba, Lages, Canoinhas, Rio Negro, Timbó e União da Vitória. (MACHADO, 2001).

As três realidades mostram que geralmente localizados em regiões altamente capitalizadas pelo agronegócio, como é o caso dos assentamentos de São Paulo e os de Santa Catarina (Fraiburgo) há a necessidade de se integrar ao mercado para a sobrevivência também interfere na organização produtiva do assentamento como estratégia de permanência na terra. Diante da discussão a respeito do individual e o coletivo nos assentamentos, destes dados reais e das pequenas reflexões hipotéticas, podemos levantar questões referentes às

organizações dentro dos assentamentos.

A capacidade organizativa, tanto política, quanto econômica dos assentados acontece de maneira variada e muitas vezes controversa, porém sempre estão ligadas a permanência na terra.

Os assentados, principalmente quanto há maior influência do MST, tendem à organizarem-se em cooperativas ou associações para facilitar a produção, a comercialização e o crédito. Por vezes, desacreditados das organizações cooperativistas, seja por conflitos com o grupo ou pelos endividamentos gerados pelo financiamentos, os assentados optam pela produção individual e lançam mão da reciprocidade dos padrões de vizinhança e estratégias de organização familiares. Porém, as vezes a organização das cooperativas dá lugar à produção individual e as articulações dos laços familiares e de vizinhança se apresentam como opção dos assentados.

Modernizar a agricultura tem sido um grande desafio para os pequenos produtores, neste sentido, este projeto visa pensar a modernização não apenas a partir da produção, mas sim da comercialização. Muitas vezes, atravessadores compram os produtos a preço baixo e revendem a um custo elevado, o que não garante bom preço para os assentados. Sabemos que as cooperativas tendem a investir na marca, nas feiras, etc. Tendo em vista o difícil acesso aos produtores pela distância entre os sítios da cidade, queremos pensar a possibilidade de elaborar um mecanismo, seja um aplicativo ou um site que possa contribuir para que se torne acessível a comercialização.

2.2. As realidades que se cruzam

Diante deste cenário, são inúmeras as discussões a respeito da produção individualizada e coletivizada nos assentamentos rurais de reforma agrária. Idealizada pelos mediadores representados por órgãos governamentais, intelectuais e movimentos sociais, a produção coletiva é defendida como tábua de salvação para os problemas do assentamento. Longe desta ideologização, encontramos na maioria dos assentamentos a produção individual baseada no trabalho familiar. Por se tratar de projetos de reforma agrária, alguns órgãos do governo e os próprios movimentos sociais, na maioria das vezes, fomentam a formação de cooperativas e associações, cujo objetivo é a obtenção de êxito na produção e comercialização.

Na tentativa de torná-los sujeitos participativos do processo, projetos coletivos são propostos (ou até mesmo impostos) pelos mediadores, que assumem a tarefa de convencê-los. Nesse sentido, os projetos coletivos e os ideais coletivistas, de uma maneira geral, vêm de fora para dentro, numa relação vertical entre as lideranças/mediadores (técnicos do governo, líderes dos movimentos sociais, assessores, etc.) e os assentados.

Embora existam vários tipos de mediadores, cada qual tem seu papel e sua convicção a respeito do coletivismo, representados por três tipos de mediação: (1) a dos órgãos governamentais (INCRA), (2) movimentos sociais e (3) assessorias prestadas por pesquisadores/intelectuais, geralmente vinculados a alguma universidade.

A preocupação dos mediadores do Estado é com a viabilidade econômica e com a sustentação de projetos implantados pelos órgãos governamentais, o que muitas vezes se restringe simplesmente à concessão de implementos agrícolas, como doação de tratores, tanques de resfriamento de leite, etc. Reivindicações como escola, transporte, médicos nos locais, projetos culturais, esporte e lazer ficam em segundo plano.

O Estado, representado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e no estado de São Paulo pelo Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) ao mesmo tempo incentiva a formação da cooperativa ou associação para fornecimento de equipamentos, enquanto incentivam a agricultura familiar individualizada em relação aos

projetos de produção. Estes órgãos parece não identificar a problemática dos assentamentos. Atualmente, no Brasil, vêem-se os órgãos estatais como gestores da implantação dos projetos de Reforma Agrária e fornecedor de mecanismos e financiamentos que proporcionem o desenvolvimento da família no campo. Portanto, a ideia de que hoje existe um *camponês* brasileiro foi substituída, na década de 90, pela categoria *produtor familiar* (conceituada por Abramovay) quando se inicia o *boom* de ocupações e distribuições de terras, reivindicações acerca da distribuição de terras, e conseqüentemente, a implantação de projetos de reforma agrária.

Os assentados queixam-se da ausência e da ineficiência dos técnicos dos órgãos responsáveis pela reforma agrária, que segundo eles, aparecem apenas no momento em que os movimentos sociais pressionam para que haja resolução de alguns problemas como a concessão de terras para assentamentos, a implantação de projetos, financiamento de equipamentos, etc. Segundo POKER,

Essa característica do Estado em agir a reboque dos movimentos sociais, em intervir emergencialmente apenas depois de receber as pressões, talvez expresse bem a quase generalidade dos tipos de projetos de assentamentos efetivados no Brasil até hoje. (POKER, 1994, p. 64).

Na maioria das vezes, os mediadores e principalmente os movimentos sociais que organizam e acompanham o grupo durante o processo de ocupação os abandonam durante a organização do assentamento, tornando este um dos motivos de desmobilização dos grupos. Em alguns casos, isso acontece porque não possuem estrutura e nem lideranças para acompanhar o processo. O objetivo final da luta pela terra parece ser a própria terra, uma necessidade imediata, sem perspectiva de reforma agrária como projeto nacional e meio para se chegar ao socialismo, assim como pensam os movimentos sociais.

No caso dos assentamentos estudados, no Assentamento Bela Vista percebia-se a presença do Sindicato de Trabalhadores Rurais durante o processo de organização após a ocupação, porém, em Presidente Venceslau havia reclamação geral de que o MST e o Brasileiros Unidos haviam abandonado os assentamentos, mesmo possuindo membros de ambos movimentos residentes no local. No caso de Fraiburgo, o MST é muito presente, principalmente porque possuem uma Escola do campo que atende ao ensino fundamental, mantida pelo governo municipal, e o Ensino médio técnico integrado em Agroecologia que é mantida pelos governo estadual, mas com interferência da proposta de educação do campo do MST. O espaço da escola é utilizado para fazer formação política e técnica dos assentados. Porém, sabe-se que alguns assentados estão plantando eucalipto para a empresa de papel da cidade em regime de arrendamento.

Vale ressaltar, que por saberem ser o arrendamento de terras de assentamento neste modelo proibido as pessoas afirmam que há pessoas plantando cana, eucalipto, etc., mas se recusam gravar as informações e indicar quem o faz.

Por um lado, o discurso dos assentados que são contra este tipo de produção se repete, numa crítica frequente. Por outro lado, os assentados favoráveis não revelam o que produzem, - embora ao visitar o lote percebe-se o tipo de produção -, justamente por medo de sofrerem punições.

Dos três casos estudados, o mais preocupante na época era o do Bela Vista do Chibarro, que além do arrendamento para a plantação de cana, estava nas áreas de limite estas da Usina que aos poucos podia incorporar parte dos lotes ao seu território.

O caso da plantação de pinus e eucalipto em Fraiburgo também é preocupante, pois além da indústria de papel que fica no centro da cidade ser altamente poluidora, este tipo de vegetação esgota a humidade do solo e acaba prejudicando o cultivo de outras plantas. Porém, é um tipo de produção que necessita pouco investimento.

Em todos os casos a empresa fornece a matriz, ou seja, as plantas e os animais, porém a alimentação, insumos, cultivo, etc. é por conta do agricultor, que caso tenha problemas com a produção arca com o prejuízo. A empresa passa ileso.

No entanto, as realidades demonstram que os assentamentos pesquisados possuem famílias que arrendam terras para o agronegócio. Por mais que esta seja uma forma de se manterem na terra, as grandes empresas estão invadindo os espaços dos assentamentos que deveria ser destinado a produção diversificada de alimentos. Esta estratégia também beneficia as empresas que descaracteriza a produção em latifúndios e monopólios agrícolas, proibidos por lei.

3. ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO PARA PERMANÊNCIA NA TERRA

Diante dessa realidade, assim como afirmam Dincao e Roy (1995), alguns grupos se formam em torno de questões específicas, como, por exemplo, a concessão de um trator, de um tanque de resfriamento de leite, enfim, de diferentes equipamentos.

O fato de esses implementos serem cedidos pelos órgãos governamentais a associações e cooperativas, leva os assentados a se organizarem coletivamente em função do recebimento de um equipamento, por exemplo, sem passar por um processo de formação e constituição do coletivo, um dos motivos pelos quais não há consolidação do grupo.

Os movimentos de uma maneira geral, principalmente o MST, são orientados pela corrente marxista e veem nos assentamentos coletivistas embriões do socialismo e mecanismos de controle do movimento, onde conscientizar significa muitas vezes persuadir.

Na visão do MST, a propriedade individual, além de significar a aquisição de um bem privado, a gestão familiar (à maneira camponesa, como escreve Póker) por ser artesanal, torna-se inviável e não proporciona a sobrevivência do trabalhador, além de deixá-lo menos comprometido com a luta pela terra. Daí o primeiro conflito de ideias, pois uma conjuntura em que dificilmente um trabalhador sem-terra chega à condição de assentado com plena possibilidade de tornar sua pequena propriedade uma empresa, a produção individual também pode não se sustentar, obrigando-o a desfazer-se da terra.

É comum vermos o coletivismo funcionar melhor durante o período do acampamento do que do assentamento, pois os movimentos sociais estão mais próximos. Deveria ser mais *natural* a via coletiva, mas a trajetória de isolamento e rompimento, muitas vezes marcada pelo preconceito e processo de criminalização dos movimentos, leva os assentados à individualização. Talvez o processo de educação e formação do MST durante o período do acampamento não tenha sido o suficiente para incorporar a ideia dos riscos da produção individual e da viabilidade do trabalho coletivo. Com isso, o elo entre eles durante o processo de ocupação desaparece depois que se tornam assentados. Pessoa comenta que “ao participar dos acampamentos, vivenciam experiência de divisão igualitária de tarefas, sob a precariedade de uma barraca de lona, integrou um grupo com alto poder de organização, mas também com um rígido controle moral”. (PESSOA, 1999, p. 234).

A maneira como se organizaram dentro do acampamento varia de acordo com o movimento. No caso dos assentamentos pesquisados, a organização coletiva permitia inclusive a resolução de problemas individuais. As famílias ficavam durante o fim de semana no acampamento e durante a semana voltavam para a cidade para trabalhar, estabelecendo uma espécie de revezamento. Esses tipos de acampamentos, embora expressem ideais de solidariedade, companheirismo e parentesco, não garantem um vínculo coletivo que possa ser levado ao assentamento. Há abandono por parte dos mediadores tanto dos movimentos sociais já nos primeiros anos, onde estes ficaram em lotes provisórios para que os órgãos

governamentais testasse a capacidade de produção das famílias.

Ao se sentirem abandonados pelos parceiros veem na agroindústria de grande porte uma alternativa para produzirem sem necessitarem de muito investimento, embora sejam conscientes de que a responsabilidade pela colheita e pela qualidade do animal é de sua responsabilidade, ou seja, o fracasso é atribuído ao agricultor familiar.

Durante a formação do assentamento, os movimentos geralmente tentam organizar cooperativas e/ou associações como alternativas para produzir e comercializar. No entanto, esses projetos não se sustentam e os impulsos individualistas surgem logo após a conquista pela terra.

Para Pessoa (1999), a passagem do acampamento para os assentamentos produz um processo de desencantamento do mundo, em que se sai do mundo da utopia para o mundo do mercado e da produção. Os movimentos sociais não estão preocupados com essa passagem, pois incorporam no cotidiano o mundo da utopia e da luta, por isso continuam insistindo no trabalho coletivo, sem se preocupar com sua viabilidade ou formação dos assentados para tal tipo de atividade. Além disso, no momento da ocupação, as diferenças são negadas e depois ressurgem no processo de organização e produção do assentamento.

O autor entende que as identidades desenvolvidas pelas mesmas pessoas como acampados e assentados são muito contraditórias e devem ser pensadas nas expressões de unidade e diversidade. Pessoa (1999, p. 246) diz que “no momento em que se é demandante da terra (no acampamento), estrutura-se um espaço de iguais. Aí as trajetórias distintas dos indivíduos não podem ser determinantes.” No assentamento, “percebe-se claramente que as dissensões e divisões internas existentes nos assentamentos provam que o anseio pela terra, compartilhado pelos demandantes da terra, não sustenta, em si mesmo, um espaço de iguais”.

Outro motivo pelo qual isso acontece é que o movimento não tem estrutura e nem lideranças para acompanhar o processo, e o objetivo final parece parar na conquista da terra. Algumas lideranças residem no assentamento, mas como assumem posição de direção, são ausentes por estarem envolvidos nas atividades de coordenação do movimento fora do assentamento.

Sem a ajuda dos movimentos sociais no seu interior, a presença dos mediadores assessores e/ou pesquisadores nos projetos de assentamentos, menos nos momentos de ocupação, contribui para o debate da organização coletiva.

Quando lemos o texto de Poker (1994), que também escreve a respeito dos intelectuais nos assentamentos, parece que ele está falando da pesquisa de Dincao e Roy, (1995) em seu livro *Nós Cidadãos*, a respeito de sua experiência de assessoria que prestaram em um assentamento no Estado de São Paulo. Por meio da pesquisa participante, relatam a experiência como mediadores, defensores de projetos coletivos como modelos viáveis, cujo papel era de tentar convencer os assentados desta viabilidade.

Poker escreve que os intelectuais, muitas vezes mediadores do processo de ocupação, consideram alienados os assentados que não optam pelo coletivo, o que não necessariamente é o caso dos autores mediadores aqui citados.

Para ele, a preferência pela coletivização representa a necessidade de um desempenho satisfatório do intelectual orgânico, assim como conceitua Gramsci, pois é um meio de levar a massa a superar os limites do senso comum que lhe estava imposto. Se transportarmos a teoria para os dias de hoje, ela se encaixa na ideia de mediador. Afirma:

O intelectual conseguiu a façanha de capitalizar a experiência comunitária vivida por necessidade durante o processo de luta pela terra – uma solidariedade mecânica – para construir sobre essa base as relações de solidariedade orgânica, onde o nexos social não se basearia mais na união como imposição de fatores objetivos recorrentes de uma situação imediata, mas, sim, numa relação de interdependência mútua calcada nas vontades subjetivas (consciência) e numa eficiente divisão

técnica do trabalho, estabelecida pela gestão coletiva da terra e do trabalho no assentamento. (POKER, 1994, p. 86-87).

Ou seja, o trabalho do mediador intelectual, cujo objetivo é a intervenção na sociedade, está ligado à ideia de que o trabalho intelectual só será bem sucedido se apresentar um resultado prático entre os agentes pesquisados.

Poker também comenta a respeito de como os intelectuais veem o coletivismo e o individualismo:

O coletivismo se auto-apresenta como resultante de um pensamento racional e lógico, produto da comparação de vantagens e desvantagens que pode ter em relação à antítese, o individualismo. Coletivismo é teoricamente elaborado, o individualismo pertence ao domínio do senso comum. (POKER, 1994, p. 387).

Muitas vezes esses mediadores, não levam em consideração as histórias de fracasso relacionadas ao trabalho coletivizado e por isso consideram o trabalho individual como ação alienada, e critica a opção do assentado em arrendar a terra sem ao menos entender de fato as dificuldades.

Outro autor que se coloca como intelectual defensor do cooperativismo é Abramovay, ao afirmar que projetos coletivos podem não apresentar, num primeiro momento, grandes mudanças, mas com o tempo há aumento quantitativo dos elementos da economia social, criando uma nova psicologia econômica que pode resultar na *evolução* da agricultura. Nesse ponto, ele esboça a ideia de que a coletivização pode ser vista como forma social politicamente mais racional e *evoluída* para se chegar ao socialismo, e também proporcionar o desenvolvimento do Estado numa organização planejada do sistema econômico, onde a comunidade torna-se reguladora da economia dos participantes. Partilha das ideias de Chaianov (1974) de que o cooperativismo obriga o produtor a mudar o plano organizacional, o que pode significar um passo para o futuro sistema econômico socialista, pois a descentralização local, sem divisão, tem como consequência inevitável o nascimento de direitos particulares para as comunidades domésticas.

Essa maneira de pensar o desenvolvimento de projetos coletivos em longo prazo, de maneira planejada, sustentar-se-ia se houvesse acompanhamento por parte dos diferentes mediadores, desde a ocupação até a consolidação do assentamento, acompanhado por mecanismos que garantam algum tipo de segurança em caso de perda da produção, o que é comum na agricultura. A orientação para gestão da produção, da comercialização e dos recursos financeiros também se faz necessária, pois muitas vezes esta é uma das principais causas de falência das cooperativas.

Situações de ausência das lideranças, desconfiança e projetos fracassados geram uma série de conflitos internos nos grupos, que contribuem para a opção pelo trabalho individualizado, pois, assim como afirmam Dincao e Roy, estar longe do grupo é estar longe dos conflitos.

As experiências coletivas esbarram nas tentativas fracassadas de obterem recursos financeiros por meio de financiamentos, que diante das dificuldades de pagamento, transforma-se em dívidas para os assentados. Muitos deles precisam vender a terra, ou até mesmo produzir para grandes agroindústrias, normalmente cana ou gado, para se manterem na terra e conseguirem quitar a dívida. Quando não conseguem, voltam a trabalhar na cidade — principalmente as mulheres, como empregadas domésticas —, pois precisam de um retorno financeiro rápido.

Para Poker, por não conseguir um excedente comercializável, por desconfiarem de projetos coletivos vistos como fracassados e a imposição de projetos coletivos por parte dos mediadores, isso faz com que os assentados retomem a produção individualizada,

permanecendo às duras penas no assentamento.

Porém, este conjunto de motivos explica a opção pela produção individualizada, discussão que não se esgota. A produção individualizada também tem relação com a herança rural dos assentados, que constitui um novo modo de vida que mescla características dos camponeses com novas perspectivas da agricultura moderna.

Este modelo de produção é o responsável tanto pelo sucesso econômico da região como pelos crescentes problemas socioeconômicos e ambientais. O modelo de articulação que possibilita a incorporação da produção do agricultor familiar através do arrendamento para grandes empresas não são ressaltados como positivos pelos assentados, pois não acreditam neste modelo econômico, no entanto afirmam que faltam-lhes alternativas.

O modelo de desenvolvimento que o agronegócio da cana, da pecuária e do eucalipto tendem a ter uma perspectiva meramente utilitarista da natureza, realçando apenas o aspecto positivo econômico. Entretanto, embora não esteja em proporcional evidência, este desenvolvimento territorial abarca várias dimensões além da econômica, seja, a social, a política, a simbólica, a ambiental e a ética.

Focar nas dimensões das relações sociais, permite evidenciar as condições sociais para a concentração e intensificação da produção industrializada da carne moldada no padrão de desenvolvimento atual. Bem como elucidar questões que permeiam a dinâmica de trabalho entre os agricultores familiares integrados e a agroindústria.

Para Weber, “trabalho familiar” torna-se um conceito econômico. Economia camponesa é aquela que liga compradores e consumidores por um código de conduta partilhado comunitariamente. A economia monetária, por um lado, resulta do cálculo objetivo do rendimento da atividade aquisitiva de cada pessoa e seu consumo, por outro, resulta da troca direta (por meio do dinheiro) que satisfaz as necessidades pessoais. As normas para a vida econômica da comunidade doméstica são feitas por meio de “contratos”. Com isso, conseguem a conservação da unidade familiar, com vistas no apoio econômico mútuo.

O equilíbrio subjetivo pode ser alcançado por meio das atividades de trocas em situações extremamente diversificadas quanto ao tamanho da família, idade dos membros, níveis de preço, e não apenas pelo conjunto de valores não decorrentes dos vínculos pessoais oferecidos pela objetividade das trocas mercantis.

Percebe-se portanto, que o agricultor familiar pratica o trabalho árduo e explorado, controlado pela agroindústria altamente capitalizada. No entanto, a valorização do trabalho como virtude humana alimenta a necessidade de incorporação deste modelo econômico como se não fosse possível haver mudanças.

4- CONFLITOS TERRITORIAIS: O AGRONEGÓCIO E A AGRICULTURA FAMILIAR

A pesquisa nos mostra que a unidade familiar rural tem sido mais vantajosa e obtém mais sucesso do que experiências individualizadas. A junção do sentimento de independência camponês com o fracasso da produção coletiva desenha um cenário para a produção individual.

A família camponesa é uma unidade de produção e de consumo, aquela que produz para o próprio sustento, assim como escreve Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), é uma das características dos produtores integrados. A produção em parte pode ser para o consumo, no entanto para comercialização é o que deveria garantir o sustento da família, mas nunca haverá configuração pura de apenas um dos casos, à medida que o agricultor se especializa e amplia determinado produto, aumenta a escala de produção deixando de diversificá-la.

Para Dincao e Roy, o motivo da individualização também possui relação com este sentimento de independência, ou seja, ao anseio de ascenderem à categoria de proprietário

rural. “Eles não queriam depender senão deles mesmos”. (DINCAO E ROY, 1995, p. 28). Segundo os autores, a autonomia é algo típico do campesinato e tem relação com sua história de camponês, porém a integração destes agricultores ao agronegócio os torna subordinados às grandes empresas, tornando difícil a sua emancipação frente ao capitalismo monocultor.

Abramovay e Mior compartilham da ideia de Martins a respeito da necessidade de integração dos agricultores familiares no mercado moderno. Mior vai além, criando o conceito de ator-rede em que a produção é individual familiar, no entanto as localidades seriam uma soma da energia social resultante da aglomeração individual, uma maneira de contemplar o individual e o coletivo. (MIOR, 2005, p. 34). Integrar o agricultor ao mercado moderno pode ser vantajoso, mas esta pesquisa mostra que as consequências das parcerias com o agronegócio são drásticas.

Para Mior, a família é vista como unidade individual, uma personificação do familiarístico e do comunitário, cuja identidade dos trabalhadores é construída em torno do trabalho e da ética do trabalho e não em torno apenas da terra.

O modelo de desenvolvimento rural endógeno passou a combinar o entrecruzamento entre forças externas e locais como categoria central para entender as especificidades e diversidades que levam para a configuração de um mundo rural cada vez mais diferenciado com diferentes chances de sustentabilidade. Esta passa a ser dependente das singulares condições ambientais, sociais, culturais e econômicas de uma região, que permitam abrir espaços para iniciativas locais que surjam de baixo para cima e não no sentido oposto, como era característico dos modelos exógenos. (MIOR, 2005, p. 11).

Com a modernização tecnológica, a agricultura deixa de ser o complexo rural e passa a fazer parte do processo agroindustrial. “O conceito de agricultura familiar que será aqui adotado é o de Lamarche, segundo o qual a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho serão intimamente ligados”. (MIOR, 2005, p. 65).

O processo de industrialização da agricultura não se resume apenas à utilização de insumos industriais na produção agrícola. A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização. É “o momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 32). Segundo Graziano da Silva (1999), a incorporação do progresso técnico permitiu os avanços tecnológicos ocorridos nas atividades rurais, sobretudo após a década de 1960. Tal progresso técnico tinha o papel de fabricar instrumentos apropriados para aumentar a produtividade da terra e do trabalho e também submeter o processo produtivo ao capital.

A aplicação de tecnologias não é especificamente dirigida contra os trabalhadores e nem contra a natureza, mas está a favor do capital. O autor nos chama a atenção para os conceitos de modernização, industrialização da agricultura e constituição de complexos agroindustriais, e explica que esses conceitos são distintos e temporalmente identificáveis.

A modernização da agricultura consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial.

Tal processo acontece especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura de produção arcaica e do domínio do capital comercial. Esse processo perpassa por várias décadas e se acentua após a década de 1960. O atual padrão de desenvolvimento agrícola, o processo de modernização passou por três momentos que foram decisivos. Um deles é a constituição dos complexos agroindustriais, o da industrialização da agricultura e o da integração de capitais intersetoriais sob o comando do capital financeiro (GRAZIANO DA

SILVA, 1999, p. 30).

Ao contrário de Mior, Abramovay critica a nomeação *campesinato* e valoriza a expressão *agricultor familiar*, parecendo às vezes ser contraditório quando afirma que o mesmo possui características do campesinato. Atribui à agricultura familiar uma racionalidade de organização própria que se adapta ao meio econômico e social em que se desenvolve, portanto, tem-se uma variação de comportamento e de ações entre os agricultores. Ao mesmo tempo, os ideais de cooperação e propriedade comum na terra e dos meios de produção não estão fundados na cooperação consciente e voluntária, mas nas conquistas técnicas que o capitalismo desenvolveu.

Parece que a agricultura familiar pode avançar tecnicamente e se modernizar apenas se houver integração com a grande indústria ou agroindústria local. Hoje pode-se afirmar que os agricultores familiares possuem acesso às tecnologias de produção, pois os créditos destinados a este público vislumbra a compra de equipamentos, no entanto ao firmarem parcerias com o agronegócio, indiretamente os recursos públicos passam a estar a serviço dos grandes produtores que não tem ônus da produção. Esta poderia ser utilizada para a produção diversificada.

Atualmente os pequenos produtores estão em regiões onde o agronegócio é altamente capitalizado, não abrindo espaço para pequena produção e alimentos. Com a necessidade de incluírem-se no mercado acabam se sujeitando às condições impostas pelas grandes empresas, no caso desta pesquisa.

Nestes casos aparentemente não há disputas territoriais, porém, cada vez mais as monoculturas tem ocupado alguns espaços nos assentamentos. A adesão de parte dos assentados a este modelo, principalmente em áreas limítrofes com os latifúndios, podem por em risco parte de seu lote que paulatinamente vai sendo invadido, porém o conflito territorial parece ser imperceptível aos olhos dos assentados.

Há neste sentido um conflito com o Estatuto de Terras que diz:

§ 2º Tanto quanto possível, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária imprimirá ao instituto das terras devolutas orientação tendente a harmonizar as peculiaridades regionais com os altos interesses do desbravamento através da colonização racional visando a erradicar os males do minifúndio e do latifúndio.

Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.
(disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm)

Veremos quando os assentados arrendam as terras para grandes empresas, os ideais de extinção dos latifúndios em detrimento da reforma agrária. Ao mesmo tempo contribuem para descaracterizar a produção monocultora das grandes empresas como monopolista e latifundiária.

Os conflitos não aparecem de forma clara e evidente, porém os assentados favoráveis a organização coletiva tem a clareza dos interesses do agronegócio, pautando o conflito no âmbito da necessidade de alimentos pela agricultura familiar. Não se percebe "medo" de perder as terras para a usina, a fábrica de papel ou o frigorífico, o receio aparente é de perder a terra por não conseguir pagar os financiamentos, ou deixá-la improdutiva.

Na verdade, o conflito territorial evidente para quem olha de fora é velado por não perceberem o risco de perda da terra. Ao mesmo tempo em que o lote seja do assentado ao produzirem como extensão dos latifúndios e monoculturas, estão retirando das terras de reforma agrária o seu fim que é a produção de alimentos para garantir a segurança alimentar.

5- CONCLUSÃO

Este artigo objetivou analisar a trama das relações sociais e políticas nas quais as questões referentes a produção de agricultores familiares para as grandes agroindústrias se inscrevem. Num primeiro momento, tratamos de abordar as relações entre os agricultores familiares e o agronegócio. Depois, passamos a evidenciar a valorização do trabalho que aparece como justificativa dos agricultores para se sujeitarem às condições impostas pelo agronegócio.

Estas implicações refletem as relações entre as agroindústrias da carne, da cana e da madeira e o agricultor familiar naqueles território.

O sistema de arrendamento é fruto da chamada "modernização do campo" num processo de industrialização da agricultura que vem se revelando pouco eficaz nos dias atuais quanto se trata de oportunidades no mercado de trabalho. Se por um lado este sistema de produção oferece um alento para uma parcela de agricultores familiares, por outro este sistema também exclui outra boa parte dos agricultores que não se adaptam ou não aderem as exigências do agronegócio.

Os assentados tendem a se sujeitarem a aquisição de créditos fazendo com que quase toda a sua renda mensal esteja comprometida com o fim de atender as exigências de produção impostas pela integradora. Sendo unicamente responsável pelo melhoramento de sua infraestrutura, os agricultores familiares se expõe a tendência de certo empobrecimento ao se arriscarem na tomada de créditos para fins de melhoria de capital.

O conflito territorial remete ao desenvolvimento desigual entre o agronegócio e pequenos produtores, pois os arrendamentos remetem a diminuição dos latifúndios visto que as grandes empresas estão se inserindo em terras de assentados e sabemos de outros produtores familiares para que seu negócio não seja caracterizado como latifúndio assim como prevê o Estatuto da Terra.

Estes assentados que optam pelo arrendamento podem ficar a mercê do mercado diante da nova realidade, sem garantia alguma do sustento da família e muito menos de sucesso frente ao modo operante das grandes agroindústrias que aniquilam a produção do pequeno agricultor familiar.

As produções hegemônicas sob o ponto de vista do uso do capital e das tecnologias mais avançadas leva a uma condição de fragilização das atividades agrícolas periféricas, sobretudo dos pequenos agricultores familiares que não se encontram mais no sistema de integração.

Neste cenário ainda encontramos as afinidades eletivas (segundo método weberiano) entre os agricultores familiares e as agroindústrias que contribuem para compor este quadro. As afinidades eletivas são justificadas pelos interesses tanto dos agricultores familiares de um lado e das agroindústrias de outro lado. Os agricultores familiares apresentam interesses de garantir a venda de sua matéria-prima e continuar sendo proprietário de sua propriedade produtiva. Já as agroindústrias interessa a matéria-prima produzida pelo agricultor familiar para prover sua demanda de produção sem com isso terem elevados custos. Contudo, este mecanismo é mais rentável e vantajoso apenas para o agronegócio, que gera um pseudo-assalariamento dos assentados.

Assim acreditamos, que as discussões dos impactos decorrentes do modelo produtivo adotado pelo agronegócio, principalmente através do sistema de integração são importantes para revelar esses interesses que acabam por sustentar esse padrão produtivo, que exclui uma grande parcela de agricultores familiares do mercado produtivo e os coloca numa situação de vulnerabilidade social, que não é concebida como conflito territorial eminente.

Para freiar este tipo de conflito, a organização coletiva é de fato boa alternativa desde que tenham apoio dos mediadores e que os assentados não vejam nas agroindústria maior e melhor incentivo do que dos movimentos sociais e das políticas públicas.

O arrendamento de terras nos assentamentos é uma realidade, que aparentemente não apresenta conflito e fiscalização. É como se não existisse a problemática, que quando detectada ou assumida, torna-se mais vantajoso abandonar do que propor uma outra alternativa. A produção mais viável é a de alimentos, pois com o avanço da agroindústria da soja, da cana, da laranja, da carne, se todos os territórios forem ocupados teremos futuramente um problema grande de segurança alimentar.

Sabe-se que dada a política atual, com a subtração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, fica clara a posição de investimento no agronegócio como motor da economia brasileira. Este fato expõe o conflito que além de econômico e social, também é territorial quando se permite que a produção em larga escala invada o espaço da reforma agrária.

O conflito territorial não aparece (embora esteja contido) na forma objetiva de delimitação de terras e sim na forma subjetiva de ocupação de territórios de reforma agrária para produção do agronegócio com ônus para o assentado.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2ª edição. Ed. Unicamp, Campinas, 1998.

BARONE, Luís Antonio. **Conflito e cooperação: O jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária**. Tese doutorado. FCL – UNESP. Araraquara/SP. 2002

_____. A economia moral num mundo de agricultura modernizada: o caso da greve dos bóias-frias em Guariba. In **Retratos de Assentamentos**, Ano V, nº 07, NUPEDOR, Unesp, Araraquara, 1999.

BRASIL. planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm

COSTA, S. A. Diário de campo como dialética subjetiva. In **Sociologia Rural**. Org. WHITAKER, Dulce C. Ed. Letras à margem. 2002, Presidente Venceslau-SP

COSTA, Sidney Alves Costa. O processo de luta pela terra e a construção da identidade e do modo de vida dos sem terra in **Retratos de Assentamentos**, Nupedor, n. 9, UNIARA/CNPq. Araraquara/SP, 2004.

DINCAO, Maria Conceição & ROY, Gerard. **Nós cidadãos**. Paz e Terra. São Paulo. 1995.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento agrário em questão**. Ed. Iglu-Fapesp. São Paulo. 2007.

FERRANTE, V.L.S.B. e BARONE, L. A. **Assentamentos Rurais e Poder Local: Os Rumos da Descentralização da Reforma Agrária**. Mimeo. Araraquara, 2002.

FERRANTE, Vera Lucia Botta. Itinerário de pesquisa em assentamentos rurais: inesgotável aventura sociológica. In **Retratos de Assentamentos**. Ano V, nº 07, NUPEDOR, Unesp, Araraquara, 1999.

GRAZIANO da SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. IE UNICAMP, Campinas, 1999.

MACIEL, Marluse. “Igrejas e Assentamentos” in **Retratos de Assentamentos**, Ano V, nº 07,

NUPEDOR, Unesp, Araraquara, 1999.

_____. As guardiãs da religião. in **Retratos de Assentamentos**. Nupedor, n. 9, UNIARA/CNPq. Araraquara/SP, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. Edusp. São Paulo, 2004.

_____. **Sujeito Oculto**. UFRGS. Porto Alegre/RS, 2003.

MEDEIROS, Leonilde. **Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra**. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2003.

_____. Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil, UNRISD e Ed. Universidade Rural, Rio de Janeiro, 2002.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Ed. Argos. Chapecó.2005.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Editora UFG, Goiânia, 1999.

POKER, José Geraldo Alberto B. **A prática da vida e os desencontros da libertação**. Dissertação mestrado, USP, São Paulo, 1994.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural**. Ed. Letras à margem. 2002, Presidente Venceslau –SP.